

# **AGENDA POLÍTICA ON LINE**

## **Edição # 6 - mar/01**

---

Um canal para a comunicação acadêmica e a intervenção política na pauta da consolidação e radicalização da democracia.

---

### **PARTE II**

#### **Repasse de artigos e mensagens:**

##### **Vida sim, FARC não**

Por Percival Puggina

##### **Atitudes Imparciais**

Por Márcio Chalegre Coimbra

##### **A Terceira Internacional**

Por Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho

##### **Mensagem de Raul Francisco Magalhães**

##### **Mensagem de Magda Biavaschi**

#### **Análise: enviada para publicação na AGENDA POLÍTICA ON LINE**

##### **O Patrimonialismo Carismático Ibérico, o direito mutual germânico**

##### **e o patriarcalismo tradicional itálico no RS. Retomando Mauss e sua Teoria da Dádiva no modo gaúcho de fazer Política**

Por Roque Callage Neto

---

Fale conosco - Envie-nos suas sugestões de pauta e comentários - Confirme sua intenção de continuar recebendo AGENDA POLÍTICA ON LINE - Indique pessoas ou instituições interessadas -  
Mail to: [edaydos@pro.via-rs.com.br](mailto:edaydos@pro.via-rs.com.br).

---

## Vida sim, FARC não

Por Percival Puggina

Arquiteto

(Artigo publicado em ZH, 24/03/2001 – reprodução autorizada para AGENDA POLÍTICA ON LINE)

À conjugação entre uma guerrilha e o narcotráfico é a mais sinistra criação do demônio. Ali você tem, de um lado, o perverso político, de ilimitada ação destruidora; de outro, o narcotraficante, responsável pela maior catástrofe social deste século, que é a dependência química, e pelas sangrentas estruturas criminosas de que ele se nutre.

Nenhum degenerado é capaz de causar dano equivalente ao que produz o braço armado do degenerado político. Um punhado deles, espalhado pelo século 20 foi o suficiente para produzir dezenas de milhões de vítimas, evidenciando uma capacidade de extermínio sem paralelo na História. O mais mortífero serial killer e o mais operoso tarado de bairro são incomparavelmente menos maléficos do que quem usa a política como veículo para expressar suas perversões.

O narcotráfico, por sua vez, cria redes criminosas de elevado poder de corrupção e propagação. Infiltra-se em toda a parte, subordina populações inteiras, abate o moral social e desfaz estruturas familiares, levando à dependência e à morte, num crudelíssimo círculo de horrores milhões de vítimas do vício que dissemina. E impiedosamente elege, como seus alvos preferidos, crianças e adolescentes. O comércio da droga é a mais execrável ação criminosa concebida pelo homem.

Há uma guerrilha comunista em marcha na Colômbia. Ela dilacera uma nação sul-americana através do assalto, da emboscada, do terrorismo, da pressão psicológica sobre populações inteiras e da eliminação sumária de seus opositores. Ela se vale da produção de coca e de suas refinarias como forma de custear o material bélico de que necessita. Ela alberga traficantes de drogas e de armamentos. As drogas acabarão nas mãos dos nossos jovens. As armas, sem qualquer pudor, serão confiadas às crianças que os guerrilheiros envolveram e de quem se valem para seus objetivos.

Pois eis que uma representação dessa gente vem ao Rio Grande do Sul. Em vez de ser trancafiada, tem audiência com o governador do Estado, entra pela porta dos fundos e a transparência fica opaca: até hoje não se sabe o que foi tratado. Meses mais tarde, outra representação retorna, a convite. Não é sitiada, como o Fernandinho Beira-Mar, nem presa, como seu parceiro Pitoco. É rodeada de fãs. Faz conferência e vira estrela do Fórum Social Mundial. O distinto público se comprime e se acotovela pelo privilégio de conviver com tão virtuosa personagem.

Escândalo? Não, tudo perfeitamente normal. Nem mesmo o tema da Campanha da Fraternidade deste ano – Vida sim, drogas não – parece suficientemente forte para evidenciar o desvio e constranger quantos, em nome desse altar perante o qual tudo se sacrifica, a ideologia, atropelam valores humanos e morais incontornáveis. As fisionomias permanecem inalteradas.

O pior cego é aquele que não quer ver. É o que olhe, vê e procede como se não visse.

Nota do editor: Valeu Puggina, como te escrevi, gostei e assino embaixo. Gostaria de ouvir, o que a CNBB têm a dizer a respeito. É constrangedor que a mesma instituição que lança a Campanha da Fraternidade, a favor da vida e contra as drogas, do outro lado dessa mesma moeda, através de sua Comissão de Justiça e Paz, participe da organização, promoção e coordenação do Fórum Social Mundial, que ofereceu tribuna às FARC, coonestando nisso a sua estratégia de mudança pela violência institucionalizada e narcosustentada. Eduardo Dutra Aydos

## **Atitudes Imparciais**

Por Márcio Chalegre Coimbra

Advogado em Brasília, DF

[marcio.coimbra@uol.com.br](mailto:marcio.coimbra@uol.com.br)

(Reprodução autorizada para AGENDA POLÍTICA ON LINE)

O mundo foi tomado por ditaduras no século XX. Com exceção de alguns países, que se tornaram imunes aos regimes de exceção, consolidando seu sistema democrático, outros sofreram nas mãos de ditadores. Logo após o sopro de democracia que varreu o mundo no final do século XX, os atuais mandatários, na sua maioria eleitos em moldes democráticos, estão procurando meios de indenizar as vítimas dos regimes de exceção, bem como julgar os responsáveis pelos atos discricionários realizados durante aquele período em que ocuparam o poder. A pergunta que se deve fazer é: devemos vasculhar o passado neste momento em que a situação democrática mundial em grande parte destes países está se acomodando? Se a resposta for positiva, a segunda pergunta a ser feita é: que parâmetros serão usados para identificar os responsáveis pelos atos de terror?

Acredito que a decisão de vasculhar o passado, identificando os responsáveis pelos atos criminosos cometidos enquanto as ditaduras vigiam é uma atitude positiva. Entretanto, devemos prestar atenção em um ponto muito importante. Quais são os parâmetros para investigação dos responsáveis? A comunidade internacional está realmente investigando todos os países que viveram regimes de exceção ou as investigações estão circunscritas a um círculo menor, que não incluem determinados países que viviam sob a égide de determinadas ideologias? Acredito que se vamos investigar a nível internacional, devemos investigar todos os países que viveram sob a repressão de governos ditatoriais e mais do que isto, a comunidade internacional deve se mobilizar em relação aos países que ainda

vivem sob regime de exceção e sofrem com torturas, perseguições e mortes de pessoas que não concordam os atos discricionários de certos ditadores.

Um exemplo típico é o caso do General Augusto Pinochet. O ex-presidente chileno é acusado de ter cometido “crimes contra a humanidade” enquanto implantava a revolução que derrubou o ex-presidente Salvador Allende. As acusações tiveram início com um juiz espanhol que solicitou a extradição de Pinochet para a Espanha, com o escopo de responder pelo desaparecimento de espanhóis no Chile durante a época em que este governava o país.

O grande problema destas investigações é a parcialidade, visto que somente está se procurando ditadores e responsáveis de ideologia alinhada à direita, enquanto os responsáveis por atrocidades na esquerda continuam impunes e outros até continuam governando. Se Augusto Pinhochet foi um ditador sanguinário, vale a pena refrescar a memória do leitor com os números estimados de mortes decorrentes da implantação e sustentação dos regimes comunistas no mundo (em ordem de grandeza): China (65 milhões de mortos); União Soviética (20 milhões); Coréia do Norte (dois milhões); Camboja (dois milhões); África (1,7 milhão); Vietnã (um milhão); América Latina (150 mil, sendo em torno de 300 no Brasil). Além disso, vale ressaltar que o comunismo fabricou três dos maiores carneiros da espécie humana – Pol Pot, Mao-Tsé-Tung e Stalin. Este último matou mais de 3 vezes o que Hitler sacrificou de judeus. Lembramos ainda que não citamos os números referentes às mortes e torturas ocorridas visando sustentar os regimes comunistas do leste europeu em países como Polônia, Romênia, Bulgária, Hungria, a antiga Tchecoslováquia, Alemanha Oriental, Albânia e Iugoslávia.

Além de se preocupar em buscar os responsáveis, a comunidade internacional deve se preocupar em garantir a vida e dignidade daqueles que ainda vivem presos a regimes ditatoriais, antidemocráticos, como em uma ilha, onde a violação dos direitos humanos é uma constante, conforme relatos espalhados pelo mundo via Internet. Logo, a comunidade internacional deve buscar os responsáveis, entretanto, deve agir de modo imparcial, livre das amarras ideológicas, onde a justiça deve valer para todos, independentemente de sua posição política, sob pena de macular todo o processo. O objetivo maior, que é prevenir o surgimento de novos ditadores que instauram o terror, só será atingido quando a justiça, de maneira equânime, for aplicada, sob a égide de valores democráticos e de valorização da liberdade.

Artigo redigido em 12.03.2001,  
em Brasília, DF.

## **A 3ª INTERNACIONAL**

**Por Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho**

Secretário Municipal de Saúde de São Paulo

(Artigo recebido para publicação em AGENDA POLÍTICA ON LINE)

Nossos dois principais líderes políticos nacionais um do governo federal, o Presidente Fernando Henrique Cardoso e outro da oposição o Presidente de Honra do PT Luís Inácio Lula da Silva, têm sido alvo de críticas em suas andanças pelo exterior. Críticas aqui no Brasil feitas tanto por sisudos editoriais de jornais importantes quanto por programas humorísticos implacáveis e mais profundo ainda em seu impacto na opinião pública das nossas províncias e paróquias. O julgamento do mérito, dos objetivos específicos destas viagens sempre será polêmico por um ou outro ponto de vista. O que quero rejeitar é uma visão que acho tacanha e equivocada: - A de que estes contatos no exterior são “passeios”, são “perdas de tempo”, são “fugas da nossa realidade”, são demonstrações de “submissão a tal ou qual potência”, são enfim tempo e dinheiro jogados fora por nossas autoridades e lideranças políticas.

Não. Com a globalização (ou mundialização, como querem os irredutíveis gauleses) , mais do que nunca é impossível separar a política, a administração, a economia, a vida social da nossa cidade, do nosso estado da federação, de nosso país, das demais nações do planeta.

Assim as iniciativas de Fernando Henrique e Lula podem ser vistas e avaliadas como erros ou acertos, mas serão sempre elementos essenciais da política interna e da política externa, hoje cada vez menos separáveis.

Faço estes comentários para chegar no assunto da política internacional do momento que é a realização simultânea de dois grandes encontros mundiais: o Fórum de Davos e o Fórum Social Mundial em Porto Alegre.

O primeiro deles já é um evento com tradição. Reunirá as principais lideranças políticas de vários governos, empresários e intelectuais que vão de sociais democratas a liberais e “neo-liberais”. É o que poderíamos classificar , grosseiramente é verdade, de uma 1ª Internacional do século XXI, uma “Internacional Capitalista”. Poderosos, ricos e influentes, estas pessoas reunidos na Suíça , são os que de fato, embora de forma muito desarticulada e as vezes caótica, governam o nosso planeta.

O segundo evento realiza-se pela primeira vez no Brasil reunindo desde guerrilheiros colombianos ao Nobel de Literatura José Samarango, passando por socialistas, ambientalistas, religiosos num verdadeiro arco-íris de matizes e tendências. É a 2ª Internacional do século XXI. Uma “Internacional socialista”, uma coligação ainda heterogênea e com dúvidas existenciais mas que é de fato a oposição que resiste e propõe coisas diferentes daquelas que falam os que dirigem a política e os negócios do planeta.

É realmente fantástico que a globalização permita que tal polarização se apresente aos nossos olhos de forma tão cristalina e tão “global”!

Mas o que vai dar disso? O retorno triunfal da “luta de classe”? Um embate apocalíptico entre estados imperiais e um exército anárquico de ONG's?

Este dilema é crucial pois nenhum, absolutamente nenhum, dos grandes e verdadeiros problemas da humanidade, das outras espécies e do meio ambiente pode ser resolvido por um povo, uma nação, um estado, um governo, nem mesmo dentro de suas próprias fronteiras.

Isto vale para a escalada do abuso de drogas, a criminalidade internacional, o desemprego, o combate a epidemias como AIDS e Dengue, as agressões ao meio ambiente, as migrações empurradas pela miséria e fome, as guerras crônicas entre fundamentalistas de diversas origens, o acesso democrático as novas tecnologias, um planejamento familiar que não seja a expressão da opressão contra segmentos da população mais fraca, etc...

Ora o desenvolvimento vertiginoso dos transportes, das comunicações, da eletrônica, da informática, das ciências da saúde e da agricultura que hoje injustamente são apropriadas por uma minoria, são os instrumentos técnicos para resolver estes desafios.

E o instrumento político, cultural e institucional ? Ele existe?

Sim. E está ao alcance da nossa mão. Dos escombros da última grande guerra nasceu a mais importante criação da humanidade no campo da política da paz: A Organização das Nações Unidas. A ONU nestes 50 anos tem apontado do ponto de vista do conjunto das nações, a pauta no campo da saúde, habitação, mulher, educação, cultura e meio ambiente em grandes encontros universalistas.

Ela é a base para construção por múltiplos caminhos de uma verdadeira Federação Democrática de Nações. É a opção ao governo mundial coordenado pela “Roma Moderna”, os Estados Unidos da América, ou ao imponderável salto no escuro que adviria do recrudescimento da guerra comercial entre países e blocos que podem derivar a qualquer momento para a guerra de fato.

Entre um choque destrutivo opondo a 1ª Internacional “Capitalista” de Davos e a 2ª Internacional “Socialista” de Porto Alegre as forças da democracia e da paz podem optar pela 3ª Internacional, a da Humanidade, a Federação Mundial Democrática das Nações, que será o desdobramento superior ao trabalho de gigante que a ONU vem fazendo por todos nós.

**Mensagem de Raul Francisco Magalhães**  
(Professor de Política do Depto. de Ciências Sociais da UFJF)

Prezado Eduardo, antes de mais nada quero parabenizá-lo pelo trabalho de promoção do debate sobre os temas da política, feito de forma corajosa e sem dúvida consistente. Quanto ao seu artigo sobre o Forum Social concordo que a sociedade tem de discutir os limites da utilização partidária de eventos como esse, mas não vejo como evitar que governos de qualquer partido que hospedem tais encontros, deixem de tentar capitalizar ganhos políticos. Nesse sentido o PT está no seu papel, como qualquer outra legenda e sabemos que o governo federal faz pior.

No mais apenas quero observar dois detalhes. Sua crítica à queda do padrão de vida da ilha de Fidel não pode desconsiderar o torniquete norteamericano aplicado à pequena "ameaça" ao grande império. A democracia do norte nunca teve problemas com ditaduras, que eles sustentaram às pencas (e ainda apoiam no oriente petrolífero). Agora trata-se de uma incurável paranóia destituir um líder que, embora não democrático, ampliou os horizontes do seu país numa escala que nenhum analista sério da história pode desconhecer. A única forma decente de tratar Cuba é oferecendo ajuda.

O outro detalhe refere-se à melhoria dos indicadores sociais no Brasil. Não tenho outros números agora, porém posso dizer que conheço bem o meu país e tenho a impressão de que os resultados positivos não podem ser atribuídos, em sua totalidade, às políticas públicas. Mais especificamente creio que eles são até tímidos diante das potencialidades do Brasil. Um tanto vem da própria expansão da economia e grande parte de esforços da sociedade civil, independentemente do Estado. É claro que governos contribuem, mas essa não é nem de longe a orientação do momento a desigualdade social intensa do país ainda não é objeto de tratamento adequado por parte dos dirigentes. Diria mesmo que ainda há um forte e paradoxal marxismo na cabeça do presidente, que acredita piamente que o capitalismo só poderá ser superado após completar seu ciclo de expansão e destruição completa da "velha ordem", políticas sociais verdadeiramente só depois que o bolo crescer, como diria o Delfim. E de mais a mais o ranking da pobreza mundial é crescente, o que nos faz melhorar em relação a gente cada vez pior.

Espero que você e sua equipe familiar continuem o excelente trabalho da agenda on line, aguardo as próximas edições.

Felicidades a todos  
Raul F. Magalhães.

**NOTA DO EDITOR:**

Caro Raul, antes de mais nada agradeço tua mensagem, que me valeu inclusive para uma citação no texto que abre essa Agenda #6. Ali manifesto minha inteira

concordância em relação à sua avaliação sobre o papel da economia e das instituições do terceiro setor na recuperação dos indicadores sociais.

Quanto aos demais aspectos, permita-me apresentar-lhe poucas e rápidas observações. Quando você concorda com a imposição de limites à manipulação partidária de encontros como o Fórum Social Mundial, estabelece as bases, a partir das quais torna-se possível também questionar-se o sentido ético de sua apropriação pela propaganda governamental. Há limites que, embora sutis, devem ser respeitados – e não o foram no caso em tela, inclusive pela antecipação da data de aniversário do PT, para comemora-lo durante a realização do Fórum e utilizando toda a respectiva *mise em scene*. Ou seja, o governo utilizou, e sem qualquer pruridos, o evento supostamente apartidário e seus participantes de todas as correntes de pensamento, como massa de manobra para a comemoração de uma efeméride partidária. E consolidou essa simbiose na propaganda televisiva. Não conheço, por parte do governo federal, exercício de propaganda partidária que tenha descido a níveis manipulatórios tão ostensivos e anti-éticos.

Falando do Fidel, não creio que tenha sido o torniquete americano o responsável pelo surto de pobreza que varreu a ilha. Durante a fase mais crítica do embargo, que desde há muito já furou em várias direções – ou será que não importamos nada de Cuba, por exemplo, vacinas... – a fome não se estabeleceu. Todos sabemos que a crise cubana está ligada à falência da União Soviética. Fechada a torneira dos rublos, a economia dependente do paraíso socialista latino-americano revelou toda sua fragilidade. Mais ou menos como o Brasil depois do milagre... Agora, dizer que o Fidel merece aplauso pela ampliação dos horizontes do seu país – significando isso, obviamente, o alinhamento provocativo daquele enclave socialista na estratégia militar do Pacto de Varsóvia, é a mesma coisa que resgatar a grandeza de Mussolini por ter um dia compreendido que os horizontes da pátria italiana necessitavam articular-se ao poderio militar de Adolf Hitler – e, afinal, perseguido essa miragem. De resto, deixemos aos historiadores a comparação dos fatos e a conclusão do tema.

Espero realmente, levar adiante o trabalho da Agenda, e aguardo tuas observações, de qualquer forma estimulantes, assim como o debate que propiciam.

Abraço  
Eduardo Aydos

**Mensagem de Magda Biavaschi**  
(Juiza do Trabalho no Estado do Rio Grande do Sul)

Caro Eduardo.

Obrigada pelo e-mail com as notícias sobre o Forum.

Permita-me, com a mesma liberdade que tiveste para me remeter, gentilmente, teus artigos, dizer que discordo inteiramente dos seus pressupostos. Sou juiza do trabalho. Particpei do Forum como delegada de minha entidade e, também, estive nas oficinas jurídicas. Não encontrei em nenhum momento este clima a que te referes e, muito menos, a instrumentalização que mencionas. Organizamos nossas oficinas - as entidades que englobam operadores do direito - sem qualquer dificuldade e nas reuniões com o Comitê Gaúcho sempre houve respeito, democracia, discussão e, sobretudo, transparência. Ademais, a organização não era e nunca foi do PT. Quem participou ativamente da organização deste evento, especificamente de suas oficinas, sabe que as decisões não eram partidárias.

Enfim, estou contigo a respeito do desejo de que o próximo Forum seja ainda melhor. No exterior, onde estive há pouco - por conta do meu doutorado - é emocionante a receptividade e a repercussão positiva do Forum Social Mundial. Porto Alegre se projeta para além mar e as discussões que aqui se iniciaram frutificam-se. Talvez sirva o ditado: santo de casa não faz milagres.

Abraços  
e muito obrigada pelos textos  
Magda

NOTA DO EDITOR:

Valeu a intenção Magda. Como dizes, pensamos diferente. Obrigado pela participação.

Abraço.  
Eduardo Aydos

# O Patrimonialismo Carismático Ibérico, o direito mutual germânico e o patriarcalismo tradicional itálico no RS. Retomando Mauss e sua Teoria da Dádiva no modo gaúcho de fazer Política

Por Roque Callage Neto

**Sociólogo Jurídico**, pós-graduado em *Relações Internacionais*  
(Texto recebido para publicação na AGENDA POLÍTICA ON LINE)

**Resumo** - O Rio Grande do Sul atravessa peculiar momento de sua história em que concepções diferentes de Governo disputam espaço político a partir de matrizes antropológicas diferenciadas que as informam. O elemento articulador das concepções em conflito é a prestação dos contratos e obrigações baseadas na **dádiva, aceite e retribuição de ações dentro da comunidade**, como **fato social total**, bem caracterizado por Marcel Mauss. Lados em conflito reivindicam para si melhores condições em atender demandas. A natureza das disputas é eminentemente **sócio-antropológica**, jurídica. No RS, onde Ibéricos, Germânicos e Itálicos constituem uma Confederação e um Modo Gaúcho de fazer política, os dois lados oscilam entre o fim do patrimonialismo oligárquico positivista – ainda existente - e contratos políticos de eficiência social mais avançada.

Tornou-se truísmo dizer que o Estado do Rio Grande do Sul apresenta especificidades na Federação que o tornam importante laboratório sócio-antropológico, ensaio de regras, ethos políticos diferenciados, concepções avançadas de cidadania - típicas de **colônias de povoamento**. Mesmo estudiosos que o consideram como etnocêntrico põem-se em consenso de que o RS é a projeção mais extra-européia de todas as unidades da Federação, reunindo **também aculturações de outras etnias não européias**; o que torna singulares nossa história e instituições sociais. Isto aparece nas regras dos **fatos sociais totais**, expressão de Marcel Mauss<sup>1</sup> que se justapõem nas particularidades **micro-regionais** do Estado.

No caso gaúcho, a convivência gentílica majoritária das macro-etnias ibérica, germânica e itálica (detendo aproximadamente, cada uma, em torno de 30% da população), traz um *ethos cultural* desde o século passado que instaura um modelo informal de Confederação marcada por origens culturais semelhantes, mas com **aspectos antropológico-jurídicos bem diferenciadas**.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Os fatos políticos, jurídicos, econômicos e sociais são exprimem **obrigações contratuais** entre elementos sociais e integradores de seus vínculos

<sup>2</sup> Estas diferenças se traduziriam no dizer de Darcy Ribeiro, em **Macro-Etnias Deculturadas** ( no caso da projeção do mundo ibérico simultaneamente muçulmano, ocidental e judaico), com as macro-etnias itálica e germânica, oriundas do catolicismo e protestantismo na decomposição do mundo antigo romano. In RIBEIRO, Darcy (1970), “As Américas e a Civilização”, Rio, Editora “Civilização Brasileira”.

Quais são estes aspectos? Quais são estas evidências de *Normas Diferenciadas dos Ritos de Convívio*, no dizer de Mauss, normas requeridas como expressões do fato social, que conformarão as linhagens clânicas em disputa política, a instituição de estamentos, camadas, classes, estratos? Primeiro isto se dá no âmbito majoritariamente ibérico, no início do século (onde **chimangos** e **maragatos** são a mais pura expressão); posteriormente se traduz em oligarquias positivistas estamentais **hostis** às associações imigrantes **tradicionais** agrícolas itálicas ou cooperativas **mutuais** germânicas. O elementos de agrupamento, posse da terra, formas de uso e trabalho, tornam-se distintivos na formação de estratos e camadas políticas.

Mauss tratou da dádiva universal, como crédito. Depois, verificou todos os nexos e vínculos criados a partir da necessidade de seu aceite e retribuição. E o que ocorria nas sociedades arcaicas não é muito diferente do débito a ser saldado nas sociedades posteriores. Os ritos para sua consagração é que são significativamente diferentes. É deles que vamos nos ocupar, ao examinarmos as obrigações contratuais que formam a confederação gaúcha.

## 1. 1. Aspectos do gauchismo integrador e como opera o interface cultural

A fisionomia **ibérico-pastoril-estancieira**, moldada pelo paradigma de forte influência mourisca, já fora vista com grande propriedade na obra de Manoelito de Ornellas (Ornellas:1948), dado que o elemento colonizador inicial, advindo da península, trazia o amálgama do sincretismo católico, mouro e judaico, predominantemente os dois primeiros, no caso gaúcho. Marcou o tipo ibérico hegemonicamente um estilo, influenciando o catolicismo e aculturando posteriormente os grupos imigrantes ao seu ethos; legando regras baseadas no que Max Weber denominaria de **patrimonialismo carismático**, em todo o Brasil. No RS, este sistema de dominação enfrentaria contestação sistemática e crise ao longo dos últimos 40 anos, esgotadas suas fontes de reprodução. Que advinham da formação de famílias donatárias do **crédito e da honra**<sup>3</sup>, vinculadas ao *nexo da posse e do manejo do gado*, instrumento de prestígio

O Sul foi colônia de povoamento tardio sobre o Nordeste, com escravismo também residual.

No quadro **clássico** - que depois seria rompido pela penetração germânica ou itálica, com outros referenciais e institutos jurídicos - o rito de prestação do contrato se fazia em obediência à lógica estamental dos atributos do **cavalo**, da **doma**, do **laço**, do **pastoreio** e da **virilidade** no manejo dos elementos naturais. Verticalizado por uma obediência clânica, o mito da “*democracia estancieira*” eternizou arquétipos do inconsciente estrutural. Lealdades e aceites eram pressupostos da ação, ampliados pela submissão incondicional ao caudilho pela **frátria** criada nos favores da dádiva oferecida pelo chefe - obrigando-se

---

<sup>3</sup> Para Mauss, “uma forma de **Mana**”, presente nas sociedades contemporâneas, resíduo das sociedades arcaicas.

peonatos a reciprocarem entregando sua valentia em corpo de defesa. Encontramos aqui uma versão peculiarmente ibérica do fenômeno dos **semi-califados** administrativos que dispõem de seus governados (no Nordeste, ocorre com muita frequência), e que Mauss vira como **potlach** em inúmeras civilizações tão diferentes como a Polinésia ou os índios peles-vermelhas da América do Norte.

Seguramente, este sistema de prestação total não monetária equívaleu à construção ideológica dos mitos de *igualdade heróica*. Eles foram gerados dentro de uma oligarquia bem diferenciada da sub-etnia que veio depois, a **açoriana** – esta, assentada em diferente modo de produção comunal agrícola *não extensiva*, e *não agregadora-clânica*, com sistemas de prestação de serviço geradores da **reciprocidade por consentimento**, como bem mostra Dante de Laytano. (Laytano: 1938)

A cultura de resistência ibérica **arcaizante** enriqueceu a fabulação imagética gaúcha com o chimarrão compartilhado – resultado do sincretismo com o nativismo charrua, o linguajar arrevesado e a intimação desafiadora ao outro para que recíproque de forma leal e altaneira, carregada de etnocentrismo e desconfiança, encontrável especialmente na região chamada de **Campanha** do Sul do Estado. Os CTG's, plasticamente modernizados como sobrevivências folclóricas aparecem, entretanto, já desenvolvendo elementos de **sincretismo por justaposição**, no dizer de Bastide<sup>4</sup> sobre as culturas germânicas e itálicas, demonstrando capacidade de recepção de elementos alheios à construção autóctone, de forma autoritária-assimiladora, por representarem idealizações pastoris sobre imigrantes necessitados de referenciais de integração.

Nativistas e tradicionalistas lentamente cedem espaço à penetração da racionalidade germânica, que é uma *projeção comunal ampliada semelhante à açoriana*, porque fundamentada em regras associativas e mútuas de prestação da dádiva, com muito maior igualdade de gênero, e por isto também dotada de muito maior dinamicidade estrutural e econômica.

## 2. A prestação mutual germânica

Se a honra em aceitar a oferenda da hospitalidade ibérico-campeira se traduzia no churrasco compartilhado e na “**charla**”, porém com rígida divisão funcional entre os sexos, já na **comunitas** germânica observamos uma racionalidade mutual. Divisão sexual de trabalho ordenada em bases igualitárias, papéis sociais intercambiados segundo funções objetivas e essencialmente **campesinas**, denotando traços ancestrais<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> BASTIDE, Roger. **Sociologia e Psicanálise**. (1974). São Paulo, Edusp/Melhoramentos.

<sup>5</sup> É também Marcel Mauss quem observa que a teoria da dádiva entre os germanos não é tão completa em todas as suas manifestações de rituais, porém há um sistema muito desenvolvido de trocas entre todos os membros, com circularidade completa. Engels já havia observado tal fato em “**A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**, 14<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

Estes traços aparecem, por exemplo, nas festas de consagração ou **kerbs**, que reúnem todo o grupo de consangüíneos ou não, obrigados entre si à oferta de bens comunitários e à realização de **mutirões**. Aspectos completamente diferenciados dos modelos **ibéricos**, que herdaram dos muçulmanos a prestação de **juras de obediência mágica ao patrimonialismo carismático**, advindas tanto do instituto da escravidão como da sujeição por favores especiais não retribuídos, o que consagrava o direito ao usufruto da sujeição.

No sistema germânico, temos uma estrutura social que se compõe de dádivas crescentemente apropriadas pelos elementos grupais, onde fortalece-se a posição do doador, realizando-se um sistema de aceites e **fianças** a partir da verificação da capacidade doadora. Dada à mutualidade da troca pressuposta, estimula-se a cooperação. Quem não dispõe de condições de doar, é fiado a reuni-las, por **crédito**, através do próprio instrumento da fiança, doando a garantia de uma penhora, uma produção compartilhada, um **resultado prometido, afiançado**. Aproxima-se aqui o **Direito das Pessoas** do **Direito das Coisas**. Enquanto o contrato não cesse, está obrigado o devedor a resgatá-lo, demonstrando sua gratidão. Mas esta gratidão no direito germânico se faz social, através da construção de fianças mútuas, baseadas na doação igualitária, generalizada e crescente de **tempos de trabalho**.

### 3. O Patriarcalismo Itálico

Outra é a situação do patriarcalismo tradicional itálico, onde a constituição gentílica construiu-se a partir da sucessão de ritos de natureza predominantemente **masculina**, fundamentados na obrigação de reciprocidade de obediências, ensinamentos e dádivas emanadas do desafio imposto pelo doador, visto como um grande acumulador de favores e distribuidor deles – especialmente dotes de casamento, aproximando-se do direito ibérico, neste particular. O crédito é concedido através de uma sucessão de ritos de passagem entre o desafio de testar o **nexum**, como chama Mauss, ou o vínculo, entre pessoa e sua oferenda, entre pessoa e garantia oferecida, verificar sua eficiência. Pretexa-se não necessitar muito acentuadamente da oferenda, como rito inicial, e do outro lado desafia-se a capacidade do parceiro em estar apto a receber a doação. Presentes e jogos lúdicos são elementos integrantes do ritualismo. Visíveis são as festividades onde se impõe ao conviva a fartura como demonstração de orgulho, honra e capacidade de atualizar a doação, desejando-se tornar clara a ornamentação do **potestatum**.

### 4. Interfaces que demonstram ritos comuns e antinomias

Exibições de prodigalidade são comuns aos três tipos de prestação total – ibérico, germânico e itálico – com a diferença de que neste último encontramos o resíduo arcaico românico da imposição do **credor**, imposição que se transforma em grande desconfiança se a permuta e a reciprocidade se realizam fora do tempo de circularidade **arbitrado pelo credor**, que deseja manter o devedor

sempre sob o comando de sua circularidade. O tempo da contraprestação deve ser menor e acrescido de mais favores, mas não pode ameaçar a presença do **patrium potestate**. A **usura**, nos mostra Mauss, aparece aqui com maior predominância, como elemento que traz a honra, mas que se confunde com a **dádiva cumulativa**. Neste tipo de prestação, o **direito mutual** e a cooperação existem, mas quando o que já foi trocado está ampliado a favor do doador.

Quando há crescimento da capacidade de doação e contraprestação, cumpre-se o rito de admissão do devedor entre os pares, fortalecendo-se preferencialmente vínculos familiares. Acertos são realizados no âmbito privado para que o sistema continue, possa se perpetuar e privatize contratos quem seriam comunitários, mantendo a circularidade desejada, até que contraprestações novas sejam feitas. Em linguagem sociológico-política, este é o tipo de dominação chamado weberianamente de “tradicional”, sendo entendido como “**privatizar o público**”. O modo itálico acorda previamente todo um conjunto de regras, sendo a reunião uma consagração de divisões já acertadas. Ritos de iniciação contam com a presença de uma **liturgia do sagrado** – no caso, predominantemente católico – que utiliza a técnica de expiação como aceitação de grupo e compartilhar de retribuições, onde oferendas são intencionalmente apropriadas e consagradas ao conjunto. É quando a mutualidade cria **associações comunitárias**.

Na relação assistencial desenvolvida nas regiões itálicas do Rio Grande do Sul, ocorre a dádiva em forma de **empenho antecipatório**, jogo de troca de posições e garantias como extensões de domínio, reservas senhoriais; a **pecunia** está distinguida como modo de acerto no processo de promessa de lealdades, *aproximando-se do modo patrimonialista ibérico* especialmente em disputas políticas. Mas na relação de tradição da oferta de **res** publica na forma de cargos a correligionários, há evidentes diferenças com o atrasado tráfico assistencialista nordestino, inclusive porque aqui se afirma um clientelismo burocrático público nem mais desenvolvido.

O mundo ibérico patrimonialista, embora no Rio Grande do Sul tenha constituído fundo positivista estamental de forte influência laica, conservou traços carismáticos sobre lealdades tributárias de sua proteção. Despertando provas de brio, valentia e honra, associados todos a tributos de lealdade devidos ao senhoriato. Toda a passagem da política tradicional riograndense da primeira metade do século foi articulada através deste sistema de dominação. A partir da Revolução de 30 e da década de 50, o elemento colonial itálico acrescenta-se ao consórcio de Poder como arrendatário mercantil agrícola em domínios anteriores das oligarquias estancieiras. Torna-se executor das garantias de condomínio público. Na Serra, evolui ao patriarcado da metal-mecânica industrial e hoje tem forte ascendência sobre a Política Estadual e seus partidos.

Os elementos socializantes, entretanto, vão aparecer mais nas regras mutuais que caracterizam os germânicos, seja na sua forma associativa agrícola, seja na própria Indústria, plena de formas jurídicas mutuais no processo de colaboração entre operários da produção e empreendedores do Capital Investidor ( onde o

exemplo de A. J. Renner é o mais emblemático). Quando itálicos e açorianos desenvolveram sistemas sociais semelhantes foram, porque antropologicamente falando, eram justamente integrantes de etnias aculturadas pelo modo de produção com *fianças duplas e mutuas em garantia de consangüinidade trocada* (que Mauss chamava **de mutualidade garantida**. Ou seja, *aceitação de outros membros como forma de enriquecer a própria **comunitas***, empenhando seu tempo de trabalho socialmente necessário. Foi nesta estrutura que surgiu o **trabalhismo** gaúcho e lógica diferente de ação política anti-positivista e anti-oligárquica.

## **5. Construção política atual a partir da lógica jurídica operante A crise de hegemonias na desconstrução do ethos cultural**

O momento presente vivido no Rio Grande do Sul enseja a desconstrução de paradigmas políticos em um Estado dividido. Há concepções que vão bem além do que os grupos em disputa intitulam como “**opção entre socialismo e capitalismo**” ou ainda argumentos fechados entre “**estatismo operacional**” ou “**neoliberalismo privatista**”.

São evidências econômico-sociais. Mas para a Antropologia e Sociologia Jurídicas, conceitos assim são claramente insuficientes para explicar impasses histórico-estruturais. **Coalizões de classe e grupos étnicos de interesse é que estão combinadas a orientações de Estado** e são elas que traduzem mudanças sociais profundas. A determinante é sócio-antropológica, pois é o próprio intercâmbio jurídico-cultural das gentes e suas obrigações recíprocas que criam e recriam **fatos sociais totais**. Estes fatos têm que ser vistos como **interagentes**, pois configuram **novos modos de produção e reprodução**.

Em termos de grande ciclo sócio-político-econômico, desde fins da década de 50 desmorona-se progressivamente o **patrimonialismo ibérico-estancieiro oligárquico**, tutelar de uma indústria inicialmente também de matriz ibérica (embora sua base estamental fosse açoriana camponesa). Logo após etnicamente composta por germânicos e itálicos. De origem escravocrata, embora tardio sobre outras regiões do País, o patrimonialismo estancieiro perde completamente, após a 2ª Guerra Mundial, o comando das decisões políticas, sendo obrigado a consorciar-se com o **patriarcalismo tradicional arrendatário agrícola itálico**, em coalizões políticas freqüentes – unindo sua honra patrimonial com a prestação creditícia dos clãs de interesse itálicos. Considerados como “a **direita**” rio-grandense, estes grupos compõem-se costumeiramente em vários partidos – principalmente **PSD** - que impõem candidatos e vitórias sucessivas em eleições, desde a década de 50 até 1982, pós abertura política, cooptando de uma parte da macro-etnia germânica fornecedora do condomínio, que aliava-se mais ao **PL** e **UDN**.

A vitória de Pedro Simon em 86, será o início extremamente original e ruptura com este processo, ao trazer os **liberais sociais** historicamente vinculados aos grupos germânicos para comporem-se a **trabalhistas independentes**, embora não na

legenda do **PDT**. Este modelo recompunha alianças de Alberto Pasqualini , entre **PL** e **PTB** nos anos 50.

A macro-etnia germânica, como resultado natural de sua maior integração mutual pelo sistema de fianças compartilhadas, e portanto de cidadania participativa, tem sido decisiva na formação de um conjunto de profissões e empreendimentos civis não ligados ao Corpo do Estado, formando uma **legítima burocracia civil societária**, no dizer de Weber. É claro que haverá casos de cooptação carismática ou tradicional, mas serão minoritários. Isto acelera uma concepção de mercado **associativo**, na sociedade colonial agrária, que fragmenta-se , como é sabido, pelo direito de sucessões, indo rapidamente ao Comercio e à Industria. Novamente aqui, interveio a **fiança compartilhada**, independizando o membro da família pela sua associação com membros de outra família. É ao filho mais jovem que cabia a última parcela de lote, para que pudesse constituir nova família, contrariamente ao primogênito, que nas famílias itálicas, desfruta do princípio patriarcal da primazia. No âmbito empresarial, a acumulação progressiva torna-se socialmente mais justa e produtiva no direito germânico, e mais concentrada no patriarcalismo clânico itálico. Neste é rentável porque gera um sistema de **fidúcias** (contratos de lealdades), entre si - exemplo de toda a Serra Gaúcha, na hegemonia do Capital Industrial. Pequenas empresas servem a outras em uma cadeia de favores.

Aqui encontramos ainda remanescente a figura do *pater familiae* conservando atendimentos e favores, e exercício destes atendimentos por um modelo de Estado promotor e protetor de lealdades, de forma tradicional, diferente do tipo de clientela racional--mutual-germânica.

## 6. Impasses e Perspectivas

O momento presente gaúcho aponta bem para esta dualidade, matizada por elementos confusos que se apresentam nos dois lados majoritários em disputa. Um dos lados ( a situação) se denomina defensor de um “**Estado de Relação Qualificada de Atendimento ao Cidadão**”, o outro (Governo que era até 98), se define como “**Estado de Acelerada Modernização Industrial para Clientela Civil**”. O que há são concepções que se diferenciam pela prestação total de contratos de Obrigações Civis, mediados pelos agentes burocráticos. Antropologicamente, os agentes e os defensores destes modelos são elementos de um sistema complexo de prestações de Obrigações, e as coalizões que integram podem conter ambas elementos mesclados arcaicos ou modernos.

No primeiro caso, o do Governo, o discurso **agrário-mutual** e sua busca de cidadania qualificada são verdadeiros. Mas trazem consigo também, no complexo conjunto de apoio, a presença de elementos resistentes, integrantes do patrimonialismo carismático ibérico mesclados ao heroísmo da democracia estancieira que se *recusam a desaparecer* - aglutinados na coalizão e buscando influenciar decisões; há também o rito atualizador católico-teológico de chefes

políticos aparentemente modernizados por uma participação que dizem mutual, mas que é estamental católica-camponasa.

Para tal, contam inclusive com apoio de grupos patriarcais clânicos de origem itálica ou ibérica carismática, industriais e comerciantes interessados em aumentar potencial de barganha de fornecimentos e créditos desfrutando de vantagens possíveis. Portanto, elementos que seriam considerados “**à direita**” do espectro político.

Do outro, embora aparentemente constitua-se uma coalizão marcada por um sistema de prestação e contra-prestação de favores de donatarias arcaizantes entre seus membros, exibindo dominação de patriarcalismo tradicional de votos sobre comunidades dependentes de dádivas – mantidas sob exigência de lealdades constantes a seus protetores - há também numerosos exemplos de fianças e mutualidades compartilhadas, garantias de oferta de trabalho consorciado à sociedade. Isto é mais notório nos grupos germânicos deste condomínio de coalizão, nos Vales dos Sinos, Taquari, Uruguai, traços contratuais que se aproximam de noções de atendimento mais modernas. Muito mais próximos da assim chamada “**esquerda**” *do que se pensa*.

A avaliação serena aponta para **pontos de intersecção do interesse social**. O que hoje é debatido em Política como **Terceira Via** – as várias instituições agregadoras da Sociedade Civil que são **universais** porque demandam atendimento e eficiência de representação entre líderes e liderados - requer prestação total de contratos e reciprocidades. **Marcel Mauss** chamaria isto já em 1950 de regras contratuais da dádiva, aceite e retribuição do **fato social total**., mesmo desconhecendo o mundo de incertezas manufaturadas pelo homem, de que nos fala Anthony Giddens (Giddens:1994). Há vários momentos em que coalizões importantes e surpreendentes se dão e não estavam previstas nos tradicionais “*manuais políticos*” . A **eficiência cívica** regula a ação entre Sociedade, Corpo Político e Estado. É quando os políticos dizem: “*estava à minha frente e eu não vi!*...” Isto só fica compreensível periciando-se evidências, mitos naturais, ritos que se atualizam, e sua lógica operante de Justiça. Em Antropologia e Sociologia Jurídicas há um tempo natural com uma lógica de **reciprocidades** que se tornam **normas**. Traduzem Regras Econômicas, Modos Jurídicos, Atos Políticos e Fatos Sociais. Quem teima em mitificar soluções pode desconhecer o caminho ali, bem à frente.

## **BIBLIOGRAFIA**

BASTIDE, Roger.(1974).**Sociologia e Psicanálise**.São Paulo: Edusp/Melhoramentos.

ENGELS, Friedrich. (1977).**A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**.14ª edição.

Rio de Janeiro: Bertrand Brasil

GIDDENS, Anthony (1994). **Para Além da Direita e da Esquerda**.*O futuro da Política radical*.

São Paulo: Unesp  
LAITANO, Dante de.(1938).**Açorianos e Alemães no desenvolvimento da Colonização e da Agricultura do Rio Grande do Sul**.Porto Alegre: Ed.UFRGS  
MAUSS, Marcel.(1980).**Ensaio sobre a Dádiva..**(1980).*Capítulo II – Direito Românico e III – Direito Germânico*.Lisboa: Edições 70  
ORNELLAS, Manoelito de. (1948) **Gaúchos e Beduínos**.Rio de Janeiro: José Olympio Editor  
RIBEIRO, Darcy (1970). “**As Américas e a Civilização**”, Rio de Janeiro, Editora “Civilização Brasileira”.  
WEBER, Max.(1988).**A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 220 pp,

#### NOTAS:

<sup>1</sup> Os fatos políticos, jurídicos, econômicos e sociais são expressões obrigatórias entre elementos sociais e integradores de seus vínculos

<sup>2</sup> Estas diferenças se traduziriam no dizer de Darcy Ribeiro, em *Macro-Etnias Deculturadas* ( no caso da projeção do mundo ibérico simultaneamente muçulmano, ocidental e judaico), com as macro-etnias itálica e germânica, oriundas do catolicismo e protestantismo na decomposição do mundo antigo romano.In RIBEIRO, Darcy (1970), “*As Américas e a Civilização*”, Rio, Editora “Civilização Brasileira”.

<sup>3</sup> Para Mauss, “uma forma de Mana”, presente nas sociedades contemporâneas, resíduo das sociedades arcaicas.

<sup>4</sup> BASTIDE, Roger. *Sociologia e Psicanálise*. (1974). São Paulo, Edusp/Melhoramentos.

<sup>5</sup> É também Marcel Mauss quem observa que a teoria da dádiva entre os germanos não é tão completa em todas as suas manifestações de rituais, porém há um sistema muito desenvolvido de trocas entre todos os membros, com circularidade completa. Engels já havia observado tal fato em “*A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, 14ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.